



Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sumário

PROJETOS PARA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO	03
1. PL 844/2013	03
 PROJETOS DE DELIBERAÇÃO DAS COMISSÕES	04
2. PL 514/2013	04
3. PL 521/2013	07
4. PL 126/2015	11
5. PL 227/2015	12
6. PL 389/2015	14

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 844/2013	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação		
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PSB)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DO USO DAS FAIXAS EXCLUSIVAS DE ÔNIBUS PARA CIRCULAÇÃO DE TAXIS NOS HORÁRIOS ENTRE 10H E 17H NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)				
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA				

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.

ASSUNTO: autoriza o tráfego de táxis sobre as faixas exclusivas de ônibus de segunda a sexta feira entre as 10h e 17h no Município de São Paulo.

O projeto obriga a CET a comunicar por meio de placas informativas, bem como, disponibilizar as informações em painéis luminosos durante o prazo de 90 dias para conscientização dos motoristas.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: PELA LEGALIDADE, na forma de Substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls.69 a 71).

Comissão de Administração Pública: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.72)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 74 e 75)

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitados quesitos ao Executivo (fl.77), com resposta às folhas 79-85:

- “(...) tal como elaborado o PL trará significativo aumento de custos para sua implementação uma vez que (...) implica na elaboração e implantação de projetos de sinalização vertical para a instalação das placas informativas em centenas de quilômetros de faixas exclusivas de ônibus, bem como a concepção, desenvolvimento, licitação e contratação da implantação de um complexo

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

sistema de “painéis luminosos” com sua central de controle e operação ... (fl.80) SMT – Departamento de Operação do Sistema Viário

- “... Atualmente a municipalidade empreende ações efetivas da gestão da liberação para uso pelos taxis não só das faixas exclusivas de ônibus, mas também dos corredores de ônibus...” (fl.80) *idem*
- “(...) avalia-se que nos termos propostos o PL não só engessa a flexibilidade com que o assunto já vem sendo regulamentado e implementado pela municipalidade com a efetiva participação e diálogo com os taxistas resultando em liberações mais amplas do que as propostas no PL, como pode ter sua efetivação, caso transformado em Lei, inviabilizada pelos custos de implantação obrigatória das placas e painéis nele previstos” (fl.83)- *idem*
- “manifesto-me pelo veto total ao Projeto de Lei nº 844/13” (fl.85)- SMT

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Projeto originalmente distribuído ao Ver. Adilson Amadeu em 18/03/15.

O presente projeto gera “significativo aumento de custos para sua implementação uma vez que (...) implica na elaboração e implantação de projetos de sinalização vertical para a instalação das placas informativas em centenas de quilômetros de faixas exclusivas de ônibus, bem como a concepção, desenvolvimento, licitação e contratação da implantação de um complexo sistema de “painéis luminosos” com sua central de controle e operação ... (fl.80)”

Em relação ao mérito, citamos a PORTARIA Nº 019/14-SMT.GAB.(F.21;22), que em seu artigo 2º “autoriza a circulação de táxis nos corredores exclusivos de ônibus do Sistema de Transporte Público, nas seguintes condições:

- I – de 2ª a 6ª, no horário das 9h00 às 16h00, com passageiro;
- II – de 2ª a 6ª, no horário das 20h00 às 06h00 do dia seguinte, com ou sem passageiro;
- III – aos sábados, domingos e feriados por período integral, com ou sem passageiro.”

Além do fato, conforme manifestação do Executivo, de que “a municipalidade empreende ações efetivas da gestão da liberação para uso pelos taxis não só das faixas exclusivas de ônibus, mas também dos corredores de ônibus” de acordo com a viabilidade e a demanda.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia
Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 844/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Coronel Telhada, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Eduardo Tuma, Gilson Barreto e Patrícia Bezerra, visa autorizar o tráfego de táxis sobre as faixas exclusivas de ônibus de segunda a sexta feira entre as 10h e as 17h, no Município de São Paulo.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O projeto obriga a CET a comunicar por meio de placas informativas, bem como, disponibilizar as informações em painéis luminosos durante o prazo de 90 dias para conscientização dos motoristas.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Projetos de Deliberação das Comissões

2) PL 514/2013	Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PTB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	.	.	.
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. EDIR SALES (PSD)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PSB)	.	.	.
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.		
AUTORIZA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DO DTP - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO, A UTILIZAR O ENCOSTO DE CABEÇA DOS BANCOS DIANTEIROS (PARTE TRASEIRA) DOS TAXIS PARA VEICULAR PROPAGANDA INSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 4 (quatro) sessões em 17/02/2016 a pedido do Ver. Jair Tatto

ASSUNTO: Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo, através do DTP - Departamento de Transporte Público, a utilizar o encosto de cabeça dos bancos dianteiros (parte traseira) dos táxis para veicular propaganda institucional como campanhas, números de telefones úteis, etc..
 O DTP criará mecanismos de fiscalização para acompanhar o correto uso da nova aplicação.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 61-63) pela legalidade, com substitutivo “a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa suprimindo sua característica de norma autorizativa imprópria e também para inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98.”

A Lei Nº 14.223, de 26/09/2006, dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

“Art. 9º. É proibida a instalação de anúncios em:

...

XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos "trailers" ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados aqueles utilizados para transporte de carga.”

O substitutivo da CCJLP altera a redação do inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 e acrescenta o parágrafo único ao mesmo dispositivo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos “trailers” ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados **os táxis** e aqueles utilizados para transporte de carga.

Parágrafo único. Em relação aos táxis, será permitida a veiculação de propaganda institucional na parte traseira do encosto da cabeça do banco dianteiro do passageiro e do motorista”. (NR)

Comissão de Administração Pública: (fl. 64) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: (fl. 65) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo, fl. 68. Resposta do Executivo: (fls. 69-87)

SP- URBANISMO: “... consideramos que a Lei nº 14.223/06 teve como um de seus objetivos fundamentais a ordenação da paisagem urbana, controlando os impactos causados pela publicidade visível do logradouro público.

A veiculação de anúncio publicitário “na parte traseira do encosto da cabeça do banco dianteiro do passageiro e do motorista”, não é visível do logradouro público e portando não demanda uma alteração na Lei! Com este motivo, consideramos que a proposta de alteração da Lei nº 14.223/06 não deve prosperar.” (fl. 71)

Secretaria Municipal de Transportes:

“A Lei 7.329, de 11 de julho de 1969, que normatiza a execução do serviço de transporte individual de passageiros com veículos de aluguel à taxímetro, determina que compete à Secretaria Municipal de Transportes a autorização de equipamentos que não sejam originais de fábrica nos veículos utilizados para a prestação de serviços.

Abaixo segue transcrição do artigo da Lei supracitada que demonstra a infração cometida pela utilização de equipamentos não autorizados:

.....
Artigo 42º - Aos permissionários e aos condutores de táxis serão aplicadas penalidades classificadas em Grupos A, B, C e D, nos seguintes casos de infração:

PENALIDADES DO GRUPO “B”:

(...)

X - Utilizar veículo no serviço de táxi com equipamentos que não sejam originais de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

fábrica ou aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes.

(...) entende que a matéria em questão e a propositura em si não são passíveis de projeto de Lei, uma vez que a definição da competência já está delineada através da Lei 7.329/1969. A edição de normas complementares à Lei retromencionada, nesta esteira, é realizada por meio de portaria expedida pelo Secretário Municipal de Transportes.

Considerando esta prerrogativa legal, a SMT editou as Portarias nº 163/2010 - SMT.GAB ... e a Portaria nº 119/2011- DTP.SMT, que autoriza a utilização de equipamentos não originais de fábrica no interior dos veículos táxi com a finalidade de entretenimento ou exploração publicitária, mediante critérios que atendam ao interesse público.

Note-se que as Portarias retromencionadas autorizam não somente a exploração publicitária no encosto de cabeça, mas autoriza também quaisquer tipos de mídia televisiva e impressa, e reserva à municipalidade 15% (quinze por cento) do espaço destinado à publicidade para propaganda institucional e de utilidade pública, realizadas ou apoiadas pela Prefeitura de São Paulo.

Diante do exposto, opinamos, s.m.j., no sentido de apresentar **parecer contrário** ao projeto de lei em tela, levando-se em consideração a legislação vigente que regula os serviços de táxi no Município e por não trazer inovação jurídica ao ordenamento normativo municipal.”(fls. 83-84)

“... pelo veto total ao Projeto de Lei nº 514/13” (fl. 87)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Tendo em vista a manifestação do Executivo, o projeto, em tese, não acarreta novas despesas de fiscalização.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves – Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 514/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Pr. Edemilson Chaves e Mário Covas Neto, visa autorizar a Prefeitura do Município de São Paulo, através do DTP - Departamento de Transporte Público, a utilizar o encosto de cabeça dos bancos dianteiros (parte traseira) dos táxis para veicular propaganda institucional da cidade como campanhas, números de telefones úteis, entre outros.

O Departamento de Transporte Público, conforme o art. 2º, deverá criar mecanismos de fiscalização para acompanhar o correto uso da nova aplicação.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa suprimindo sua característica de norma autorizativa imprópria e também para inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

3) PL 521/2013		Ver. DAVID SOARES (DEMOCRATAS)	Votação			
DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL MÓVEL NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO				Favor	Contra	Abst.
			Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
			Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
			Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
			Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
			Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
			Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
			Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
			Ver. OTA (PSB)	-	-	-
			Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: cria a atividade empresarial móvel nas vias e logradouros públicos no Município de São Paulo. Entende-se por atividade empresarial móvel, todo profissional autônomo ou não, que comercializa lanches e refrigerantes e prestadores de serviços simples, em veículos previamente adaptados. Ou com reboque, de acordo com o CNT. O projeto elenca uma série de atividades entendidas como prestadores de serviços simples. Define que caberá ao Subprefeito ou a Autoridade competente à emissão dos Termos de Permissão de Uso somente uma para cada munícipe interessado, intransferível, em caráter oneroso, com validade de 01 (um) ano, renovando-se obrigatoriamente anualmente. Os locais permitidos para o exercício da atividade serão determinados a critério exclusivo do Poder Executivo Municipal, estabelecendo um critério mínimo de distância entre os Itinerantes Motorizados, a fim de evitar conflito de interesses. O preço público a ser cobrado pela Permissão de Uso será definido pelo Poder Público. O manuseio dos alimentos deverá seguir as normas de “Boas Práticas de Manipulação de Alimentos”, bem como não deverá ser utilizado alimentos caseiros.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: apresentou substitutivo “para adequar o projeto à técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis” (fls. 80 a 84).

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 85 e 86).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: apresentou substitutivo ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, “a fim de retirar o inciso I, do art. 2º, o art. 7º e parágrafo único e o art. 8º e parágrafo único, que pretende regulamentar a venda de alimentos em veículos adaptados para esta finalidade, uma vez que a Lei Municipal 15.947/2013 já disciplina esta matéria de forma ampla e específica” (fls. 87 a 91).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável ao substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia (fl. 92).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitadas informações ao Executivo (fls. 93) com resposta a fls. 96 a 103:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- "... o Agente Fiscalizador, no exercício de seu dever de ofício, em deambulação constante por sua área de trabalho, realiza a fiscalização de todas as infrações constatadas. Por outro lado, o aumento dos assuntos a serem fiscalizados, no dia a dia de trabalho, levaria à necessidade de ampliação do quadro desses profissionais para atender a demanda da cidade." – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Coordenação de Subprefeituras (fls. 96).

- "... entendo que o projeto deva ser integralmente vetado. E a principal razão para tanto é que o projeto não harmoniza perfeitamente com a legislação já existente sobre o tema, criando dificuldades de interpretação" (fls. 100) "... Isto é: o Projeto de Lei ora apresentado entraria em conflito com a legislação já existente, não possuindo, porém, a necessária completude para substituí-la por completo. Surgiria a indesejável figura da derrogação tácita, provocando dificuldades na interpretação integrativa dos diplomas" (fls. 101) "... Sendo assim, conquanto a justificativa do Projeto tenha referido a importância de 'implantar e disciplinar o exercício da atividade empresarial móvel nas vias e logradouros públicos no Município de São Paulo' ... o fato é que a atividade já se encontra disciplinada na legislação municipal, não tendo sido apresentado, no Projeto, nenhuma alteração relevante que o justifique." (fls. 102) – Assessoria Técnica e Jurídica – ATAJ - Coordenação das Subprefeituras.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes à fiscalização do cumprimento do disposto na propositura, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugere-se envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 521/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa criar a atividade empresarial móvel nas vias e logradouros públicos no Município de São Paulo.

Entende-se por atividade empresarial móvel, todo profissional autônomo ou não, que comercializa lanches e refrigerantes e prestadores de serviços simples, em veículos previamente adaptados ou com reboque, de acordo com o CNT. A propositura elenca uma série de atividades entendidas como prestadores de serviços simples, definindo que caberá ao Subprefeito ou à Autoridade competente a emissão dos Termos de Permissão de Uso somente uma para cada munícipe interessado, intransferível, em caráter oneroso, com validade de 01 (um) ano, renovando-se obrigatoriamente anualmente. Os locais permitidos para o exercício da atividade serão determinados a critério exclusivo do Poder Executivo Municipal, estabelecendo um critério mínimo de distância entre os Itinerantes Motorizados, a fim de evitar conflito de interesses. O preço público a ser cobrado pela Permissão de Uso será definido pelo Poder Público. O manuseio dos alimentos deverá seguir as normas de "Boas Práticas de Manipulação de Alimentos", bem como não deverão ser utilizados alimentos caseiros.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto à técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis”.

A colenda Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia apresentou substitutivo ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, “a fim de retirar o inciso I, do art. 2º, o art. 7º e parágrafo único e o art. 8º e parágrafo único, que pretende regulamentar a venda de alimentos em veículos adaptados para esta finalidade, uma vez que a Lei Municipal 15.947/2013 já disciplina esta matéria de forma ampla e específica.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia. Contudo, a fim de corrigir equívoco redacional no inciso I do parágrafo único do art. 2º e no parágrafo único do art. 10, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 521/2013

Disciplina o exercício da atividade empresarial móvel nas vias e logradouros públicos no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo **D E C R E T A**:

Art. 1º O exercício da atividade empresarial móvel nas vias e logradouros públicos no Município de São Paulo reger-se-á pelo disposto nesta lei.

Art. 2º Entende-se por atividade empresarial móvel o comércio de produtos, bem como a prestação de serviços, especificados no parágrafo único deste artigo, em veículos previamente adaptados.

Parágrafo único. Incluem-se entre os produtos que podem ser comercializados e os serviços que podem ser prestados na forma prevista nesta Lei, dentre outros:

- I) bijuterias e **acessórios** semelhantes;
- II) serviços de barbeiro e cabeleireiro;
- III) serviços de chaveiro: cópias de chaves;
- IV) serviços de costura: ajustes e reparos;
- V) serviços de engraxate;
- VI) fotocópias de documentos;
- VII) serviços de acesso à Internet e serviços de impressões;
- VIII) serviços de manicure, pedicure e maquiador;
- IX) serviços de sapateiro: reparos e consertos em bolsas, calçados e artigos de viagem.

Art. 3º A atividade empresarial móvel será classificada em:

- a) fixa: quando o veículo ficar estacionado em um único local em dias e horários previamente estabelecidos;
- b) móvel: quando o veículo ficar estacionado em locais, dias e horários diferentes;
- c) mista: quando for obtida autorização do Poder Público para o exercício da atividade nas classificações previstas nas alíneas “a” e “b” do caput deste artigo.

Art. 4º Será emitido apenas um Termo de Permissão de Uso – TPU para cada munícipe

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

interessado, intransferível, em caráter oneroso, com validade de 01 (um) ano, podendo ser renovado.

§ 1º No caso de não utilização da permissão de uso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias ocorrerá a revogação do respectivo termo.

§ 2º A renovação deverá ser requerida no período máximo de 60 (sessenta) dias após seu vencimento.

§ 3º No caso de reformas emergenciais, obras ou modificações, quando estas impossibilitarem o estacionamento do veículo, a permissão de uso ficará temporariamente suspensa, podendo ser requerida nova permissão de uso para atuar em outro local, com prioridade em relação a outros requerimentos.

§ 4º O interessado na Permissão de Uso deverá estar em dia com a documentação do veículo, não podendo ter qualquer débito em aberto junto aos órgãos oficiais de trânsito ou qualquer órgão vinculado ao Município.

§ 5º O veículo utilizado deverá estar devidamente equipado e adequado conforme as necessidades de cada ocupação.

§ 6º No caso dos interessados em exercer a atividade empresarial móvel com mais de uma classificação, o custo será pago por cada classificação que obtenha.

Art. 5º Os locais permitidos para o exercício da atividade serão determinados a critério exclusivo do Poder Executivo Municipal, estabelecendo um critério mínimo de distância entre os Itinerantes Motorizados, a fim de evitar conflito de interesses.

§ 1º Para a determinação dos locais, será efetuada a inscrição prévia de todos os interessados e, nos casos em que houver dois ou mais interessados pelo mesmo local, as autoridades competentes realizarão sorteios e, após cada sorteio, será emitido o TPU.

§ 2º No caso do local estabelecido ser regulamentado por estacionamento de "Zona Azul", deverá o itinerante motorizado proceder com o pagamento das respectivas taxas, bem como observar e respeitar as normas de trânsito estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

§ 3º O empreendedor móvel, ao estacionar seu veículo, deverá observar e respeitar a legislação de trânsito, tendo ciência que qualquer transgressão à Lei acarretará a imposição de multas.

Art. 6º O preço público a ser cobrado pela permissão de uso será definido pelo Poder Público.

Art. 7º Toda e qualquer veiculação de anúncios deverá atender o disposto na Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006.

Art. 8º O empreendedor móvel é responsável pela organização e higiene do local que ocupar com seu veículo motorizado, sendo de sua obrigatoriedade deixar o local limpo, em condições de trânsito livre, devendo recolher todo e qualquer lixo produzido pelo seu empreendimento e seus clientes, devendo realizar o descarte deste lixo de forma a respeitar a coleta seletiva, bem como o meio ambiente.

Art. 9º Toda infração causada pelo empreendedor móvel será acompanhada da lavratura de Auto de Infração e Imposição de Penalidade - AIIP, que deverá conter a infração cometida, prazo para defesa e a secretaria ou órgão responsável para apresentar a defesa.

Art. 10. O não pagamento das multas aplicadas em decorrência de AIIP acarretará a suspensão automática do Termo de Permissão de Uso.

Parágrafo único. O empreendedor móvel que tiver suspenso o seu Termo de Permissão de Uso poderá **tê-lo** restituído após o pagamento da multa aplicada e a devida comprovação de que a infração cometida foi sanada.

Art. 11. O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

publicação.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 126/2015		Ver. TONINHO PAIVA (PR)			Votação			
DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS EM ALTURA COMPATÍVEL PARA CADEIRANTES E PESSOAS PORTADORAS DE NANISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SAÚDE				Favor	Contra	Abst.
					Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
					Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
					Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
					Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
					Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
					Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
					Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
					Ver. OTA (PSB)	-	-	-
					Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a instalação de caixas eletrônicos em altura compatível para cadeirantes e pessoas portadoras de nanismo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela legalidade (fls. 78/81), com apresentação de substitutivo “a fim de prever expressamente a penalidade a ser imposta, inclusive o seu valor, tendo em vista que diante do princípio da legalidade a sanção deve estar prevista em lei” (80).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 82).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável (fls. 83/84) com apresentação de substitutivo “com a supressão da palavra ‘portador’ na ementa” (fls. 83).

C
Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

As despesas geradas seriam referentes a fiscalização que, em tese, são normalmente orçadas.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Solicitamos orientação para elaborar minuta de relatório.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 126/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa dispor sobre a instalação de caixas eletrônicos em altura compatível para cadeirantes e pessoas portadoras de nanismo.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a fim de prever expressamente a penalidade a ser imposta, inclusive o seu valor, tendo em vista que diante do princípio da legalidade a sanção deve estar prevista em lei”.

A colenda Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher igualmente apresentou substitutivo “com a supressão da palavra ‘portador’ na ementa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 227/2015		Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PTB)				Votação			
							Favor	Contra	Abst.
ALTERA A LEI 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA NELA INCLUIR NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, O EVENTO: SEMANA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA MUCOPOLISSACARIDOSES E DOENÇAS RARAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
						Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
						Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
						Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
						Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
						Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
						Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
						Ver. OTA (PSB)	-	-	-
						Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. EDIR SALES (PSD)									
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA									

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera a Lei 14.485 de 19 de Julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o evento Semana da Conscientização da Mucopolissacaridoses e Doenças Raras, na segunda semana de Maio, através de ações e palestras educativas sobre o tema, com o apoio de entidades públicas e iniciativa privada.

Mucopolissacaridoses

- As mucopolissacaridoses (MPSs) são doenças genéticas provocadas por mutações nos genes codificadores de enzimas lisossomais que degradam os glicosaminoglicanos (GAGs).

- A incidência global das MPS, segundo a literatura internacional, está estimada em 1,9 - 4,5/100.000 nascimentos (Hamartz, 2008).
- Em levantamento realizado pela Rede MPS Brasil existem cerca de 250 pacientes com este diagnóstico no país (Vieira et al,2008).
- No Brasil a média de anos entre o surgimento dos primeiros sinais e sintomas e a confirmação do diagnóstico é de 4,8 anos (Vieira et al,2008).
- A MPS VI parece ser um dos tipos mais raros de MPS descritos na literatura internacional, mas no Brasil, é um dos tipos mais frequentemente diagnosticados (Vieira et al,2008).

Fonte: http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16312/2679687_109706.pdf

Mucopolissacaridose

A MPS é uma enfermidade hereditária, que de uma forma simplificada significa dizer que há falta de uma enzima para digerir um açúcar (o mucopolissacarídeo).

Trata-se de uma doença rara e por isso, em muitos casos, de difícil diagnóstico, pois, muitos sintomas são comuns a outras doenças. O diagnóstico correto da MPS é fundamental e pode propiciar melhor qualidade de vida aos pacientes.

São doenças genéticas graves, causadas por erros inatos do metabolismo, que afetam a produção das enzimas responsáveis pela síntese de proteínas das células, afetando diretamente o funcionamento de todos os órgãos. Por se tratar de uma doença genética, os casos, em geral, acometem parentes próximos. Existe mais de um tipo de MPS. A tipologia é determinada pela enzima que o organismo não consegue produzir. Com essa variação, os sintomas de cada deficiência genética variam conforme o organismo. Até hoje, os únicos tipos que apresentam tratamento são o I, II, IV e VI.

Os principais sintomas:

A MPS inclui uma ampla gama de sintomas, as pessoas podem apresentar diferentes graus de gravidade e progressão da doença. Como os sinais e sintomas são muito variados, ela pode afetar cada indivíduo de modo diferente. As manifestações clínicas da MPS I, por exemplo, mostram uma evolução crônica e progressiva; são de natureza multissistêmica e incluem aumento do fígado e do baço, deformidade óssea, limitação articular, baixa estatura, face característica, infecções sucessivas do trato respiratório, hérnia umbilical e/ ou inguinal, problemas nas válvulas cardíacas, opacidade da córnea, falta de ar durante o sono (apneia), cabeça aumentada. As funções auditiva, visual, respiratória (vias aéreas) e cardiovascular são todas afetadas; a mobilidade das articulações fica gravemente diminuída. Pode haver ainda o comprometimento do Sistema Nervoso Central.

Fonte: <http://www.afagbrasil.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Mucopolissacaridose.pdf>

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo para adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. (fls. 08-09)

O substitutivo exclui ações e palestras educativas sobre o tema, com o apoio de entidades públicas e iniciativa privada.

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 10)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 11)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Se o projeto for aprovado na forma do substitutivo da douda Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, não haverá impacto orçamentário significativo.

No caso de aprovação do texto original, que inclui a realização de palestras, sugerimos indagar ao Executivo, se o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 227/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Pr. Edemilson Chaves, visa alterar a Lei 14.485 de 19 de Julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o evento Semana da Conscientização da Mucopolissacaridoses e Doenças Raras, na segunda semana de Maio, através de ações e palestras educativas sobre o tema, com o apoio de entidades públicas e iniciativa privada.

A douda Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo para adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 389/2015		Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)				Votação			
							Favor	Contra	Abst.
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007 COM A FINALIDADE DE INSTITUIR O "DIA MUNICIPAL DO ADVOGADO TRABALHISTA", A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 28 DE SETEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
						Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
						Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
						Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
						Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
						Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
						Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
						Ver. OTA (PSB)	-	-	-
						Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)									
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA									

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 11ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de instituir o "Dia Municipal do Advogado Trabalhista", a ser comemorado anualmente no dia 28 de setembro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela **legalidade**, com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 10/11).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 12).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente orçadas.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 389/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de instituir o "Dia Municipal do Advogado Trabalhista", a ser comemorado anualmente no dia 28 de setembro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2ª Audiência Pública

1) PL 558/2015	Executivo - FERNANDO HADDAD
INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, TITULARES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, DA CÂMARA MUNICIPAL, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO E SEUS CONSELHEIROS; FIXA O LIMITE MÁXIMO PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - RPPS; E AUTORIZA A CRIAÇÃO DA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SAMPAPREV.	

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 1ª Reunião Extraordinária de 2016

Data da Reunião: 04/05/2016 - Horário: 12:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Convite

Em atendimento ao Requerimento nº 30/2016, de autoria do Vereador Ricardo Nunes, foram convidados os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Município, com o objetivo de discutir sobre o alinhamento dos trabalhos entre a Comissão e o Tribunal.